APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARUERI

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em Reais)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		357.964,10	
Caixa e Equivalente de Caixa	4	**194.977,74**	**7.317,36**
Recursos Próprios		**112.709,62**	**7.316,41**
Caixa		802,82	1.620,25
Bancos		48.367,62	1.695,50
Aplicações Financeiras		63.539,18	4.000,66
Recursos Públicos	4	**82.268,12**	**0,95**
Bancos		82.268,12	0,95
Realizáveis		**162.986,36**	**109.334,85**
Recursos Próprios		**162.986,36**	**109.334,85**
Contas a receber	5	38.992,19	21.156,15
Adiantamentos de férias e outros		115.021,18	62.669,40
Prêmio de Seguros a Apropriar		2.182,76	928,50
Encargos Bancários a Realizar		6.790,23	24.580,80
NÃO CIRCULANTE		**452.678,81**	**581.937,79**
Recursos Públicos	6	**411.614,17**	**520.225,89**
Imobilizado - Recursos Públicos		411.614,17	520.225,89
Recursos Próprios	6	**41.064,64**	**61.711,90**
Imobilizado - Recursos Próprios		41.064,64	61.711,90
Propriedade de Terceiros			
Terrenos		5.422.070,00	5.422.070,00
Edificações		5.132.658,00	5.132.658,00
Moveis	6	115.435,13	115.435,13
Subvenções Governamentais		(10.670.163,13)	(10.670.163,13)
Total do Ativo		**810.642,91**	**698.590,00**

PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE			
Recursos Próprios		**420.344,07**	**449.515,26**
Fornecedores		9.554,74	7.653,35
Obrigações tributárias		829,36	
Obrigações trabalhistas	7	325.228,31	299.252,95
Contas a Pagar		4.319,13	107,14
Empréstimos e Financiamentos	8	32.252,77	67.437,61
Parcelamentos de Encargos	11	48.159,76	75.064,21
Recursos Públicos		**82.268,12**	**0,95**
Projetos a Realizar	13	82.268,12	0,95
NÃO CIRCULANTE		**474.436,98**	**621.336,07**
Doação de Bens a Realizar	9	401.968,57	510.580,29
Parcelamentos de Encargos	11	72.468,41	110.755,78
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	**(166.406,26)**	**(372.262,28)**
Patrimônio Social		(374.442,75)	(436.953,77)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		2.180,47	2.180,47
Resultado Acumulado		205.856,02	62.511,02
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**810.642,91**	**698.590,00**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Sergio Marcelo Quirino de Toledo
Presidente

Marli Aparecida Fioravante Machado
Diretora Financeira

Sueli Marques da Silva
Tec. Contabil
CRC 1SP 236469/O-3

APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARUERI

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em Reais)

	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS			
Recursos Públicos			
Receitas com Convênios			
Convênio Municipal - Prefeitura Municipal de Barueri	13	3.034.246,10	2.604.004,68
Convênio Federal - FEAS		35.640,00	35.640,00
Realização de Bens Recebido em Doação		92.328,65	92.400,25
		3.162.214,75	**2.732.044,93**
Recursos Próprios			
Receita Captação Contribuições e Doações		758.344,65	771.139,58
Contribuições e Doações		57.721,16	46.426,00
Receitas Diversas		412.600,81	268.651,03
Receitas Financeiras		1.599,05	3.152,80
Receitas Trabalho Voluntário	15	166.802,91	104.128,00
		1.397.068,58	**1.193.497,41**
Total das Receitas		**4.559.283,33**	**3.925.542,34**
DESPESAS			
Recursos Públicos		**3.162.214,75**	**2.732.044,93**
Recursos Humanos		2.228.038,26	1.972.539,56
Encargos Trabalhistas		697.731,98	561.612,07
Administrativas		59.864,78	44.836,37
Realização de bens recebidos em doação		92.328,65	92.400,25
Serviços de Terceiros		84.251,08	60.656,68
Recursos Próprios		**1.191.212,56**	**1.130.986,39**
Recursos Humanos		581.009,59	522.355,75
Encargos Trabalhistas		64.728,04	29.771,83
Administrativas		205.635,01	278.830,25
Serviços de Terceiros		115.941,62	129.897,70
Despesas Financeiras		52.493,35	59.270,94
Despesas Tributárias		4.602,04	6.731,92
Despesas Trabalho Voluntário	15	166.802,91	104.128,00
Total das Despesas		**4.353.427,31**	**3.863.031,32**
SUPERÁVIT		**205.856,02**	**62.511,02**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Sergio Marcelo Quirino de Toledo
Presidente

Marli Aparecida Fioravante Machado
Diretora Financeira

Sueli Marques da Silva
Tec. Contabil
CRC 1SP 236469/O-3

APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARUERI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercicio	205.856,02	62.511,02
Depreciações - Bens Próprios	20.249,76	23.129,46
Depreciações - Bens Públicos	92.328,65	92.400,25
Realização de Bens Públicos	-92.328,65	-92.400,25
Resultado ajustado	**226.105,78**	**85.640,48**
(Aumento (Redução) de Ativos		
Contas a receber	17.836,04	9.439,15
Encargos Bancários a Realizar	-17.790,57	-24.593,55
Recursos Públicos e outros	0,00	58.910,16
Adiantamentos e outros	53.606,04	-37.153,77
	53.651,51	**6.601,99**
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	1.901,39	-3.874,99
Obrigações tributárias	829,36	-239,34
Obrigações trabalhistas	25.975,36	-23.026,81
Projetos a realizar	82.267,17	0,00
Contas a pagar	4.211,99	-26.140,90
	115.185,27	**-53.282,04**
Caixa gerado nas Atividades Operacionais	**287.639,54**	**25.756,45**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado e intangíveis Recursos Próprios	348,00	2.626,64
Baixas líquidas	-745,50	-12,99
Caixa aplicado nas Atividades de Investimento	**-397,50**	**2.613,65**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos e financiamentos	35.184,84	-35.184,84
Parcelamento de encargos sociais	65.191,82	1.733,79
Caixa aplicado nas Atividades de Financiamento	**100.376,66**	**-33.451,05**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**187.660,38**	**-10.308,25**
Variação		
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	7.317,36	17.625,61
Caixa e Equivalentes de Caixa ao final do exercício	194.977,74	7.317,36
Aumento (Redução)	**187.660,38**	**-10.308,25**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Sergio Marcelo Quirino de Toledo
Presidente

Marli Aparecida Fioravante Machado
Diretora Financeira

Sueli Marques da Silva
Tec. Contábil
CRC 1SP 236469/O-3

APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARUERI

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em Reais)

DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESULTADO ACUMULADO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31/12/15	**(221.357,05)**	**(215.596,72)**	**2.180,47**	**(434.773,30)**
Apropriações	-215.596,72	215.596,72		0,00
Déficit do exercício		62.511,02		62.511,02
Saldos em 31/12/16	**-436.953,77**	**62.511,02**	**2.180,47**	**-372.262,28**
Apropriações	62.511,02	-62.511,02		0,00
Superávit do exercício		205.856,02		205.856,02
Saldos em 31/12/17	**-374.442,75**	**205.856,02**	**2.180,47**	**-166.406,26**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Sergio Marcelo Quirino de Toledo
Presidente

Marli Aparecida Fioravante Machado
Diretora Financeira

Sueli Marques da Silva
Tec. Contabil
CRC 1SP 236469/O-3

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARUERI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCICIOS FINDOS EM 31/12/2017 E 31/12/2016

(em Reais)

1-CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barueri, também designada com a sigla APAE Barueri, constituída em 18 de junho de 1996, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos/econômicos, filantrópica e beneficente de assistência social.

A APAE Barueri, tem por finalidade: promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania; prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual múltipla, e para suas famílias;

A Entidade possui os seguintes, principais, títulos e certificados, e, consequentemente a isenção das contribuições sociais:

Título de Utilidade Pública Municipal: Barueri – nº Decreto 4.510 de 20 de Outubro de 1999.

Título de Utilidade Pública Estadual – em processo de obtenção.

Certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social – Barueri (CMAS): nº 02/11 de 31/08/2011 Validade: 30/04/2018.

Registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS): Resolução 32 de 14 de março de 2000, publicado no Diário Oficial da União em 16/03/2000.

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS – Assistência Social): publicado no Diário Oficial da União em 18/12/2015. Atualmente sob o controle do Ministério do Desenvolvimento Social com vencimento para 20/06/2018.

Certificado expedido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) – Barueri sob nº 008/01, com validade até 30/04/2018.

2- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis, cuja emissão foi autorizada pelos Administradores em 05/03/17, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, a Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2002 – R1 - Entidades sem finalidade de lucro, ambas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e a legislação específica para Entidades Filantrópicas.

Durante o exercício de 2016 o Conselho Federal de Contabilidade divulgou uma alteração da ITG 2002 – R1. A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com a nova alteração definiu o não reconhecimento da Renúncia Fiscal e a obrigatoriedade de registro do trabalho voluntário de Diretores e Conselheiros.

3- PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação - As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração do resultado do exercício - As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios. As receitas são apuradas através de comprovantes de cobrança, avisos bancários, recibos e outros. As despesas são apuradas através de notas fiscais e recibos, em conformidade com as exigências legais e fiscais.

c) Uso de estimativas - A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade prepare estimativas e adote premissas que podem afetar o valor de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes, assim como os valores de receitas e despesas. As contas que usualmente requerem estimativa são provisão para devedores incobráveis, vida útil estimada do imobilizado e provisão para contingências. Os valores reais podem diferir daqueles estimados. As estimativas e premissas são revisadas anualmente.

d) Instrumento financeiros - Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa – disponibilidades - Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras - São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a Receber- Referem-se a direitos a receber.

Provisão para perdas - Constituída para fazer face às possíveis perdas com recibos de doações expontânea, pendentes.

Ativo imobilizado - Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo atribuído com base em laudo emitido por peritos em 2012. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil remanescente dos bens previstas no referido laudo.

Redução ao valor recuperável - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.
A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

Bens Recebidos em Doação – Os bens recebidos em doação são registrados no ativo imobilizado de forma segregada sendo a contrapartida no não circulante do passivo. A realização do imobilizado é feita pela depreciação, com igual valor realizado no passivo, ambos levados ao resultado do exercício.

Permissão de Uso – Os bens recebidos como permissão de uso são registrados no ativo imoblizado, pelo valor justo, tendo como contrapartida a conta de subvenção governamental apresentada como redutora dos próprios ativos.

Passivos circulantes e não circulantes - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões - As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
Recursos Públicos – Os recursos públicos recebidos são aplicados especificamente no custeio dos projetos a que se referem. As demonstrações contábeis apresentam de forma segregada os recursos públicos e os recursos próprios.

Renúncia Fiscal – Devido a alteração nas normas de contabilidade, a Entidade passou a não mais contabilizar a renúncia fiscal. Os dados são apresentados em nota explicativa.

Trabalho Voluntário – Os trabalhos voluntários, suportados pelos termos de adesão do voluntariado são quantificados com base na atividade do voluntário, o volume mensal de horas e o custo hora calculado com base no salário mínimo vigente. O valor do trabalho voluntário é registrado mensalmente na receita e despesa relacionadas a recursos próprios.

Área de Atuação – A Entidade atua na área de Assistência Social conforme previsto no artigo 3º da lei nº 8.742 de 07/12/93 – LOAS. Seus serviços estão tipificados de acordo com a Resolução nº 109 de 11/11/09 do CNAS, enquadrados como serviços de proteção social especial de média complexidade e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Barueri.

4 - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2017	2016
Recursos Próprios		
Caixa	802,82	1.620,25
Bancos conta Movimento	48.367.62	1.695.50
Aplicações Financeiras	63.539,18	4.000,66
Total	**112.709,62**	**7.316,41**
Recursos Públicos		
Bancos conta Movimento	82.268,12	0,95
Total	**82.268,12**	**0,95**
Total de Caixa e Equivalente de Caixa	**194.977,74**	**7.317,36**

5 – CONTAS A RECEBER	2017	2016
Recursos Próprios		
Cheques a Receber	5.655,00	6.605,00
Recibos a Receber	34.337,19	15.551,15
Provisão para perdas	(1.000,00)	(1.000,00)
Total	**38.992,19**	**21.156,15**

6– IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxas médias de Depreciação	Custo	2017 Depreciação	2017 Líquido	2016 Líquido
Recursos Públicos					
Máquinas e Equipamentos	8%	80.234,62	35.814,51	44.420,11	52.543,15
Móveis e Utensílios	9%	15.571,21	6.188,66	9.382,55	10.939,19
Computadores e Periféricos	19%	55.172,82	54.553,10	619,72	11.644,48
Equipamentos Pedagógicos	10%	62.971,30	32.130,99	30.840,31	37.278,43
Veículos	10%	219.191,90	141.953,35	77.238,55	121.077,79
Bens Recebidos em Doação	10%	82.973,31	22.755,05	60.218,26	87.003,42
Licença de Uso – Software	19%	10.029,32	9.995,84	33,48	2.039,28
Reformas e Construções	6%	220.995,93	32.134,74	188.861,19	197.700,15
TOTAL		**747.140,41**	**335.526,24**	**411.614,17**	**520.225,89**

	Taxas médias de Depreciação	Custo	2017 Depreciação	2017 Líquido	2016 Líquido
Recursos Próprios					
Máquinas e Equipamentos	13%	40.917,97	31.659,70	9.258,27	14.742,39
Móveis e Utensílios	11%	55.103,10	37.334,18	17.768,92	24.178,00
Computadores e Periféricos	31%	45.840,60	44.283,15	1.557,45	4.551,51
Veículos	20%	28.800,00	16.320,00	12.480,00	18.240,00
Licença de Uso – Software	20%	27.069,74	27.069,74		
TOTAL		**197.731,41**	**156.666,77**	**41.064,64**	**62.711,90**

Os valores contábeis dos bens acima foram avaliados em 31/12/12, conforme laudo, sendo a contrapartida registrada no patrimônio social na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial. As taxas de depreciação de cada bem são baseadas na vida útil remanescente apontada no referido laudo.

No exercício de 2013 a Entidade recebeu da Prefeitura Muncipal de Barueri, a título precário e gratuito, pelo prazo de 50 anos, a permissão de uso de um imóvel para instalação de sua sede, bem como para desenvolvimento de suas atividades assistenciais. O imóvel contém móveis utensílios no valor estimado de R$ 115.435,13 cuja doação depende de uma formalização definifiva.

A movimentação do imobilizado é como segue:

	2017			2016		
	Recursos Públicos	**Recursos Próprios**	**TOTAL**	**Recursos Públicos**	**Recursos Próprios**	**TOTAL**
Saldo Inicial	**520.225,89**	**61.711,90**	**581.937,79**	**613.248,01**	**82.227,71**	**695.475,72**
Adições		348,00	348,00		2.626,64	2.626,64
Depreciação	(92.328,65)	(20.249,76)	(112.578,41)	(92.400,25)	(23.129,46)	(115.529,71)
Baixas – Líquidas	(16.283,07)	(745,50)	(17.028,57)	(621,87)	(12,99)	(634,86)
Saldo Final	**411.614,17**	**41.064,64**	**452.678,81**	**520.225,89**	**61.711,90**	**581.937,79**

A Entidade vendeu bens recebidos em doação, como segue:

	2017	2016
Custo do Bem	22.393,42	899,00
Depreciação Acumulada	6.110,35	277,13
Valor da venda	6.275,00	900,00

Os recursos obtidos na venda foram utilizados para pagar despesas da Entidade.

7 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Recursos Próprios	**2017**	**2016**
Provisão de Férias e Encargos	227.856,23	237.311,67
INSS s/folpag a Pagar	21.561,60	
FGTS s/folpag a Pagar	27.378,34	
IRRF s/folpag a Recolher	41.371,96	7.858,42
Pis s/folpag a Pagar	4.520,88	2.251,70
Salários a Pagar	2.539,30	1.097,68
Recisões a Pagar		50.610,32
Contribuição Sindical a pagar		123,16
Total	**325.228,31**	**299.252,95**

8 – EMPRÉSTIMOS

	2017	2016
Banco Santander	32.252,77	67.437,61

O empréstimo tem taxa de juros de 68,03% a.a, com vencimento em 36 parcelas até mês 11/2018, e garantias pessoais.

9 - DOAÇÃO DE BENS A REALIZAR

Tratam-se de recursos recebidos para a aplicação na compra de bens de ativo imobilizado. São registrados segregadamente no ativo imobilizado tendo como contrapartida esta conta no exigível a longo prazo. A realização é feita com base na depreciação dos respectivos bens tendo como contrapartida a receita. A movimentação é como segue:

	2017	2016
Saldo Inicial	**510.580,29**	**603.602,41**
Realização do ano	(92.328,65)	(92.400,25)
Baixas	(16.283,07)	(621,87)
Saldo Final	**401.968,57**	**510.580,29**

10 – CONTINGÊNCIAS ATIVAS

A entidade tem uma Ação Civil Pública Processo n° 591/09 na 2ª Vara Criminal da Comarca de Barueri, contra seus antigos administradores condenados a restituir a APAE os valores recebidos a título de remuneração, bem como para que a APAE seja obrigada a empregar os valores restituídos na atividade-fim da entidade, abstendo-se de utilizar cs recursos de doações ou contribuições de populares para qualquer forma de remuneração dos seus dirigentes. A sentença foi proferida em 23/09/2011 e posteriormente publicada em diário oficial, condenando os réus solidariamente a ressarcir a APAE os valores recebidos pelo contrato celebrado entre as partes. A quantia a ser ressarcida foi estimada e

contabilizada como ativo, sendo constituida uma provisão integral para realização até a liquidação do processo.

11 – PARCELAMENTO DE ENCARGOS

	2017	2016
INSS	87.132,59	115.142,95
Imposto de Renda Retido na Fonte	33.495,58	70.677,04
Total	**120.628,17**	**185.819,99**
Curto Prazo	**48.159,76**	**75.064,21**
Longo Prazo	**72.468,41**	**110.755,78**

12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Social é apresentado em valores atualizados e compreende a somatória dos valores dos Superávits e Déficits, ocorridos.

Os Recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

13 – PROJETOS FINANCIADOS COM VERBAS PÚBLICAS

A Entidade recebeu recursos dos seguintes convênios com a Prefeitura Municipal de Barueri e Recursos Federais:

	2017			2016		
	Recursos Públicos	**Recursos Próprios**	**Custo Total**	**Recursos Públicos**	**Recursos Próprios**	**Custo Total**
Prefeitura Municipal Barueri	3.030.718,01	1.007.656,31	4.038.374,32	2.601.000,00	1.080.682,80	3.681.682,80
Receita Financeira	3.528,09			3.005,63		
TOTAL	**3.034.246,10**			**2.604.005,63**		

Projetos a Realizar

	2017
Total de Recursos recebidos da Prefeitura Municipal de Barueri	3.030.718,01
Receita Financeira	3.528,09
Desembolsos com o projeto	(2.951.977,98)
Sobra de recursos	82.268,12

Em 31/12/17 houve uma sobra de recursos devido à impossibilidade de pagamento dos encargos sociais no próprio exercício de 2017. Tais encargos foram pagos no dia 2/1/18 com a aprovação da Prefeitura, portanto a sobra foi inteiramente utilizada.

A verba recebida do Governo Federal no valor de R$ 35.640, em ambos os exercícios foi aplicada no custeio dos projetos.

Os recursos públicos foram captados para aplicação em custeio de projetos específicos, sendo que a Entidade complementa os custos como contrapartida.

As prestações de contas estão sujeitas à aprovação do órgão convenente e à fiscalização do Tribunal de Contas.

Em julho de 2014 foi publicada a lei 13.019/14, sendo alterada pela lei 13.204/15 que regulamenta as transferências voluntárias de recursos de entes públicos às Organizações da Sociedade Civil. A Entidade assinou um Termo de Fomento com a Prefeitural Municipal de Barueri com vencimento para 31/12/18. Eventual prorrogação poderá ocorrer desde que devidamente justificada pela equipe técnica da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e anuência do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social.

O PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA E FAMÍLIA tem como público alvo crianças, adolescentes, jovens e adultos de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 35 anos residentes no município de Barueri, que apresentam deficiência intelectual associado ou não a outras deficiências; crianças adolescentes e jovens de ambos os sexos na faixa etária de 03 a 21 anos, residentes no município de Barueri que apresentam Transtornos do Espectro Autista (TEA) associados a deficiência intelectual.
Todos os atendimentos da entidade são feitos de forma totalmente gratuita.

14 – RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos, objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) – R$ 71.605,82
CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) - situação de défict – R$ 34.418,10

ISS (Imposto sobre Prestação de Serviços) – não tem incidência
COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias – não tem incidência.

QUOTA PATRONAL DO INSS

					2017	2016
	COTA PATRONAL	TERCEIROS	RAT	AUTÔNOMOS	TOTAL	TOTAL
Benefícios Usufruídos	**601.551,50**	**135.349,09**	**60.155,15**	**4.492,95**	**801.548,69**	**683.675,63**

A contribuição ao PIS – Programa de Integração Social, no valor de R$ 29 mil (R$ 25 mil em 2016) que corresponde a 1% da folha de pagamento,vem sendo recolhida normalmente.

15 – TRABALHO VOLUNTÁRIO

	2017	2016
Voluntários	7.710,61	9.444,00
Diretoria Voluntária	159.092,30	94.684,00
Total	**166.802,91**	**104.128,00**

16 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros destinados a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e/ou taxa de juros, haja vista não possuir operações com essas características. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros apresentados nos balanços patrimoniais não difere substancialmente dos valores de mercado.

17 – SEGUROS

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Entidade para cobrir eventuais riscos e perdas sobre parte dos ativos.

18 – SITUAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

As Demonstrações Contábeis apresentam uma deficiência de Capital de Giro e patrimônio negativo. Observa-se, porem, uma tendência de geração de superavits com sobras de caixa, fazendo com que haja uma significativa melhora na situação financeira.

A Administração da Entidade está tomando as seguintes providências:

1 - Racionalização generalizada de custos e despesas;
2 - Captações de novos recursos
3 - Diversificações das fontes de renda

São Paulo, 31 de dezembro de 2017

Sergio Marcelo Quirino de Toledo
Presidente

Marli Aparecida Fioravante Machado
Diretor Financeiro

Sueli Marques da Silva
Tec. Contábil
1SP 236469/0-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARUERI

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barueri**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barueri em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à Entidades sem Fins de Lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incertezas relacionadas com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as seguintes informações nas Demonstrações Contábeis:

Nota 13 – Em julho de 2014 foi publicada a lei 13.019/14, sendo alterada pela lei 13.204/15 que regulamenta as transferências voluntárias de recursos de entes públicos às Organizações da Sociedade Civil. A Entidade assinou um Termo de Fomento com a Prefeitural Municipal de Barueri com vencimento para 31/12/18, que eventualmente poderá ser prorrogado.

Nota 18 – As Demonstrações Contábeis apresentam uma deficiência de Capital de Giro e patrimônio negativo. Observa-se, porem, uma tendência de geração de superávits com sobras de caixa, fazendo com que haja uma significativa melhora na situação financeira.

Estes eventos indicam a existência de incertezas que podem levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de março de 2018

TOZZI AUDITORIA E CONSULTORIA CONTABIL - EIRELI
CRC – SP031903/O-8

José Alberto Tozzi
CRC – 1SP119315/O-0